

Problematizando a Comunicação Pública à luz das noções de Recepção Ativa e Competência Crítica em Informação¹

Fernanda Guimarães²
Marco Schneider³

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

O momento atual que a sociedade brasileira vive mostra como o Estado e suas ações interferem na vida cotidiana. Nesse caminho, este artigo propõe-se a problematizar os fluxos comunicacionais contemporâneos da Comunicação Pública a partir da proposta de inserção da Competência Crítica em Informação (*Critical Information Literacy*) como ferramenta fomentadora do pensamento crítico com vistas ao subsídio da liberdade e autonomia do indivíduo. Para tanto, será utilizada a ótica dos Estudos de Recepção para compreender que, voltando o olhar para a outra ponta do processo comunicacional, pode ser produzida uma nova comunicação pública e, assim, redesenhada uma nova democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Pública; Competência Crítica em Informação; Estudos de Recepção; Emancipação Social; Cidadania.

INTRODUÇÃO

A informação e a comunicação são dois dos diversos elementos do cotidiano que se espraiam em todas as dimensões da vida. Por isso é tão importante pensar as políticas de comunicação que se integram às macroestruturas administrativas estatais bem como a dialética entre as novas possibilidades de interação dos indivíduos. E é em meio a esse panorama que se inserem a Comunicação Pública (DUARTE, 2012) e a Competência Crítica da Informação (BEZERRA, SCHNEIDER, SALDANHA, 2019). Empregada como instrumento de fortalecimento democrático, a primeira se constitui como um canal de circulação das informações de interesse público enquanto que a segunda é uma

1 Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC/UFF). Email: fdsguimaraes2011@gmail.com

3 Professor do Departamento de Comunicação e do PPGMC/UFF. Pesquisador do IBICT/UFRJ e Professor do PPGCI-ibict-UFRJ. E-mail: art68schneider@gmail.com

proposta de inserção do pensamento reflexivo e ético no trato da informação, ambas voltadas à construção de uma sociedade melhor.

A comunicação para se efetivar como pública tem, em seu sistema, um fluxo de trocas informacionais entre o Estado e os cidadãos acerca das questões cotidianas da sociedade. Apesar de ser um campo recente e em formação, seus diversos estudiosos entendem que estão integrados em sua estrutura componentes pertencentes ao interesse coletivo e à utilização de recursos públicos, em seus mais variados graus. Sendo assim, o atendimento dos pressupostos de transparência, o acesso a informações e, principalmente, o incentivo da participação social nas questões cotidianas são fundamentais.

Para efetivar tais fluxos de trocas comunicativas, os órgãos da Administração Pública criam canais de comunicação como mecanismo de envolvimento com o cidadão para a geração de aproximação e o estímulo à participação. Neles, são disponibilizados sessões, números, audiências e estatísticas, gerando o cumprimento do atendimento do princípio da transparência. No entanto, a dúvida que paira é se essa ação comunicacional é desenvolvida como processo de reconstrução da cidadania, a ponto de atingir suas potencialidades e, assim, resultar em práticas sociais que atendam de fato as demandas dos cidadãos por meio do processo de decodificação ativa dos fluxos informacionais.

É verdade que a informação é matéria-prima da comunicação. Porém, apesar de necessária, sua circulação, por si só, não é suficiente para a concretização do consumo reflexivo de seu conteúdo. Hoje, para efetivar a transparência na prestação de contas como forma de participar o cidadão de suas atividades, mais do que publicar números e dados, os órgãos estatais precisam produzir conteúdo atrativo. Entretanto, até onde podemos observar, a forma como é feita a comunicação pública nas instituições governamentais atualmente parece configurar uma não vinculação, uma baixa interação. E mais, o consumo do fluxo de informações parece incorrer no subaproveitamento ou absorção de maneira limitada e/ou insatisfatória.

A transparência e as informações estatais estão à disposição de todos. Todavia, o que temos é a decisão tomada e seus trâmites formais, ou a decisão em discussão apresentada com pouco esclarecimento pelos seus canais de comunicação. O conflito, esse sim, é a base do debate e da democracia, capaz de (in)formar o cidadão, preparando-o para a participação na vida pública, portanto deveria ser difundido para

uma melhor legitimação da decisão e, principalmente, para a realização plena dos ideais e funções democráticas das instituições públicas. Encontrar mecanismos para essa divulgação, para essa chamada à participação, é fundamental para escapar dos prejuízos causados por um processo de formação da opinião pública acrítica.

Este cenário poderia ser modificado com a produção de conteúdo que possibilitasse o pensamento crítico em relação às decisões tomadas pelo poder público na vida cotidiana. Talvez, produzindo uma programação convidativa que explicasse suas afetações, os cidadãos comuns entenderiam o seu funcionamento e saberiam de que maneira poderiam contribuir para o desenvolvimento local, gerando assim a interação e a vinculação pressupostas nas bases da comunicação. Para explorar esta hipótese, resgatamos também as ideias centrais dos Estudos de Recepção com o propósito de ponderar aspectos da outra ponta do fazer comunicacional.

É a partir destas ideias que surge este artigo, com a proposta de aglutinar às searas da Comunicação Pública a valorização do receptor, para nos levar a um redirecionamento da própria noção de produto de comunicação. Isso não significa dizer que a Comunicação Pública está trilhando um caminho errôneo ou imperfeito e sim que, por meio desta perspectiva, pode ser possível potencializar sua práxis e assim maximizar reflexões acerca de nossa cotidianidade e de como ela pode ser melhor.

O esforço aqui proposto é, diante de em um possível cenário de redução da Comunicação Pública em canais de distribuição de informação, problematizar não apenas formas de lapidar esta prática, por meio da contribuição dos pressupostos da Competência Crítica em Informação, como também contribuir para a emancipação do indivíduo social com vistas ao desenvolvimento da nossa melhor versão de nós mesmos. Por isso, é tão importante despertar a atenção para esta temática. Porque é por meio do engajamento com as ações coletivas, calcado na busca acurada do conhecimento, que se pode buscar uma saída para o subaproveitamento da nossa práxis cidadã.

1. Comunicação Pública

Vivenciamos uma época em que o dilúvio informacional tem papel relevante ao transformar os mais variados ambientes cotidianos, podendo ser direcionado no sentido de se confirmar como base sustentadora da formação cidadã, tanto de consensos como de dissensos, da opinião pública na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a

Comunicação Pública ganha destaque ao canalizar, em seus fluxos informacionais, temas de interesse coletivo debatidos na esfera pública⁴, movimentação esta própria das sociedades democráticas. Nessa dimensão da Comunicação, há, em seu conjunto, uma série de ingredientes que necessitam ser ponderados para a compreensão de seu panorama, como o Direito à informação, a transparência pública e os impactos no cotidiano do indivíduo ordinário. Porém, antes de qualquer passo, é imprescindível conhecer como se desenha a Comunicação Pública no Brasil de hoje.

O enfoque público da comunicação ainda não possui uma concepção totalmente determinada, uma vez que seus sentidos e contornos ainda não dispõem de um consenso no meio acadêmico. Conforme Graça França Monteiro, é “um conceito em construção” (DUARTE, 2012, p. xxi). No entanto, determinadas bases como a defesa do interesse público e o direito universal de informar e ser informado já são um denominador comum nos estudos recentemente publicados. Na busca por respostas que preencham essas novas demandas, brasileiros como Jorge Duarte, Elizabete Brandão e Heloíza Matos começam a liderar os estudos epistemológicos da Comunicação Pública com vistas a delimitá-la, bem como atender a emergência da aplicação no cotidiano sociopolítico nacional. Matos trouxe da França, em 1998, o livro *La Communication Publique* (1995), de Pierre Zémor que em linhas gerais afirma:

[...] se as finalidades da Comunicação Pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, suas funções são de: a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) de ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (Zémor apud Brandão, 2006: 13).

Para continuar refletindo sobre os contornos da Comunicação Pública, um ponto importante que compõe a complexidade desse campo é o direito à informação, que abrange os direitos de informar, de acesso à informação e de ser informado. O Direito a Informação protegido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pelo Pacto de Direitos Civis e Políticos, por Convenções Regionais de Direitos Humanos e pela

4 Segundo Jurgen Habermas (2014), a Esfera pública é formada por um público de pessoas privadas que se reúnem para debater entre si e mediante razões um amplo leque de questões da vida privada, da administração pública e da regulação de atividades da sociedade civil. O autor considera que a Esfera Pública está diretamente ligada à democracia.

Constituição Cidadã de 1988, passará a ser, com a efetiva implementação da lei, uma realidade concreta no dia-a-dia do Estado brasileiro e no cotidiano de cada cidadão.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, estabelece em seu artigo quinto, em diversos pontos, temáticas ligadas ao direito de informar e ser informado decorrente da Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789. Alguns anos mais tarde, com a aprovação da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Brasil dá mais um importante passo em direção à consolidação do seu regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública.

De acordo com a (CGU, 2011, p. 8), o primeiro país do mundo a desenvolver um marco legal sobre acesso foi a Suécia, em 1766. Já os Estados Unidos aprovaram sua Lei de Liberdade de Informação, conhecida como FOIA (*Freedom of Information Act*), em 1966, que recebeu desde então diferentes emendas visando a sua adequação à passagem do tempo. Na América Latina, a Colômbia foi pioneira ao estabelecer, em 1888, um Código que franqueou o acesso a documentos de Governo. Já a legislação do México, de 2002, é considerada uma referência, tendo previsto a instauração de sistemas rápidos de acesso, a serem supervisionados por órgão independente. Chile, Uruguai, entre outros, também aprovaram leis de acesso à informação

O cidadão bem informado tem melhores condições de conhecer e acessar outros direitos essenciais, como saúde, educação e benefícios sociais. Por este e por outros motivos, o acesso à informação pública tem sido, cada vez mais, reconhecido como um direito em várias partes do mundo. Cerca de 90 países possuem leis que o regulamentam. Duarte (2012, p. xiii) acrescenta que “assim como temos um direito difuso ao meio ambiente, temos direito a um ambiente de comunicação sadio, pluralista, democrático, de acesso amplo que estimule a participação e garanta o diálogo”. Para o autor, essas bases exigem que a comunicação favoreça o interesse coletivo e seja um processo mais amplo, com forte conteúdo educativo e com condições propícias à promoção do conhecimento e da inclusão informacional.

No entanto, resta muito a fazer. Cabe ao poder público fornecer as informações que compõem as regras do jogo coletivo e de prestar contas dos atos de utilidade pública. É verdade que o Brasil já tem avançado nesse sentido de acordo com o estabelecimento da abertura de dados aos cidadãos. Contudo, a disponibilização de dados de forma pouco inteligível ou amigável, sem maiores subsídios para a

compreensão holística das implicações das decisões públicas no cidadão podem ser um obstáculo à participação e à efetivação dos pressupostos democráticos.

Segundo Zémor (2012, p. 216), “levando em conta seu volume considerável e a tecnicidade, esses dados são só postos à disposição do público, de maneira útil e eficaz, quando estão sob a forma de informações práticas [...]”. Isso quer dizer que a falta de compreensão do sentido das mensagens produzidas pela Comunicação Pública no Brasil pode ser um fator de desmotivação na participação cotidiana nas questões públicas. Seu conteúdo, como é desenvolvido hoje, exposto de forma pouco compreensível, cria uma cadeia de atos que geram o não entendimento necessário para o comprometimento nas demandas públicas. E isso é um problema para o amadurecimento do debate público, pois

[...] é essencial à democracia a participação política dos cidadãos embasada em um processo de livre decisão, sendo assim, é indispensável que seja assegurado pelo nosso ordenamento jurídico um livre fluxo de informações para a propagação de fatos e ideias, a fim de que ocorra a formação de uma opinião pública livre. (FERRARI; SIQUEIRA, 2016, p. 126)

A comunicação legislativa, por exemplo, ao noticiar suas informações, utiliza termos técnicos jurídicos e, na execução de suas atividades legislativas, nomeia procedimentos com expressões não utilizadas no cotidiano por ter em sua essência a atividade de produzir leis. Palavras como “ordem do dia”⁵ ou “questão de ordem”⁶ codificam a mensagem em um alto grau de dificuldade de entendimento das atividades legislativas tornando um grande desafio não apenas a transmissão das informações públicas como também explicação para o cidadão leigo.

A própria necessidade de publicações atualizadas de glossários indica a necessidade de trabalhar sua própria linguagem, tradicionalmente hermética, na tentativa de tornar mais acessível à sociedade brasileira e aos meios de comunicação o conteúdo daquilo que produz e que justifica a sua existência. Contudo, quanto esta tecnicidade é transportada para a utilização das formas de participação como a sugestão de uma lei, por respeito às formalidades técnicas, ou exposição de dados pode-se incorrer no risco de enfraquecimento da participação. Isso porque a decodificação do conteúdo, segundo Hall (1980), precisa acontecer para que se realize a prática social.

5 Parte da Sessão Ordinária destinada à discussão e votação das matérias legislativas constantes na pauta da reunião.

6 Nomeclatura da ação de solicitar a palavra, pelo parlamentar, durante a realização da sessão ordinária.

“antes que essa mensagem possa ter um “efeito” (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma “necessidade” ou tenha um “uso”, deve primeiro ser apropriada com um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que “tem um efeito”, influencia, entretém, instrui ou persuade, com consequências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas, comportamentais muito complexas” (HALL, 1980, p. 390).

2 Teorias Da Comunicação: Dos Usos E Gratificações aos Estudos De Recepção

Os estudos das Teorias de Comunicação refletem desde a sua origem uma característica muito peculiar deste campo: a multidisciplinaridade. Assim como nos dias atuais, nos anos de 1920, o movimento imposto pelos meios de comunicação modificou o cotidiano com seu crescimento acelerado alterando, inclusive as relações de poder. No que tange aos estudos teóricos da comunicação, a pesquisa norte-americana surge como pioneira nas investigações, com o enfoque microssociológico dos processos comunicativos, da Escola de Chicago, e nas pesquisas de mídia, com a *Mass Communication Research*.

A chamada teoria hipodérmica articulava a noção de comportamento condicionado mediante estímulos e reforços, originalmente formulada pela psicologia behaviorista ou comportamental, à noção sociológica de que os indivíduos se encontravam atomizados na nascente sociedade de massas, caracterizada pelo esgarçamento do tecido social das formas tradicionais de sociabilidade. Essa situação tornava-os totalmente vulneráveis aos estímulos e reforços dos meios de comunicação de massa (MCM), que assim atingiam a todos de maneira igual, com um poder total de manipulação. Estudos posteriores, relacionados a campanhas eleitorais nos EUA, nos anos 1920 e 1930, concluíram que a influência dos MCM era grande, mas não total.

Conforme a *Mass Communication Research* crescia e se desenvolvia, inclusive no âmbito universitário,⁷ novos estudos, de base psicológico experimental, sugeriram que um conjunto maior de mediações sócio psicológicas atuava na relação entre MCM e receptores. A partir daí novos estudos direcionam-se para entender a atenção e a percepção seletivas relacionadas a preferências desses ou daqueles grupos sociais por meios de comunicação (rádio, cinema, jornal, revista), veículos (tal ou qual jornal, estúdio, empresa jornalística), programação etc. Surgem também diversas hipóteses relacionando memória, estilo e ordenação do discurso, e grupos específicos de

⁷ Registre-se que as primeiras pesquisas na área frequentemente eram de natureza estatal ou corporativa, não propriamente acadêmica, embora envolva-se a academia.

receptores. Desse modo, já não temos mais a ideia de uma audiência homogênea, mas o contrário disso, embora permaneça a percepção de que os MCM possam ser tremendamente persuasivos. Ocorre que o alcance dessa persuasão em públicos específicos irá requerer estudos suplementares. Nesse sentido, crescem os investimentos em pesquisa e práticas de publicidade comercial, propaganda política e relações públicas, tanto na esfera acadêmica quanto corporativa e estatal, frequentemente de modo interconectado.

Paralelamente, devido à consolidação da *Mass Communication Research* no âmbito acadêmico, começam a surgir também teorias menos voltadas à aplicação imediata pelo mercado ou pelo estado, teorias da comunicação mais próximas do que se entende como pesquisa pura. Uma delas, que ganhou notoriedade, é conhecida como teoria dos “usos e gratificações”, desenvolvida por Katz na matriz da sociologia funcionalista. Trata-se de uma abordagem do processo comunicacional que de certo modo antecipou os estudos de recepção, ao deslocar a questão principal dos estudos de comunicação do polo da produção para o do consumo. Desse modo, a pergunta principal deixou de ser o que os meios faziam com as pessoas, passando a ser o que as pessoas faziam com os meios. Em outras palavras, a perspectiva dos “usos e gratificações” muda a questão de fundo do campo, ao entender que “interagir com a mídia era uma questão de escolha, e os estudos sobre esses usos e gratificações procuravam delinear os aspectos dessa escolha” (MARTINO, 2014, p. 190). Seguindo esse mesmo deslocamento, embora numa perspectiva crítica ao funcionalismo e mais próxima às teorias críticas da comunicação, “surge a ideia de ‘Leitura Negociada’ e abre-se a investigação para a atividade de apropriação promovida pelos receptores das mensagens midiáticas” (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2014, p. 129). Ainda segundo os autores, ao encarar a audiência como ativa e transferir para o contexto comunicativo o efeito do conteúdo da mensagem, o receptor passa a ser visto como sujeito ativo, capaz de praticar processos de interpretação.

Esse horizonte de investigação desenvolveu-se no âmbito dos Estudos Culturais britânicos, inicialmente no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), fundado por Richard Hoggart em 1964, na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Com o olhar voltado para aqueles que recebiam os “produtos culturais”, vai se compor o eixo principal de observação do Centro na investigação das relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, assim como suas implicações nas mudanças sociais. A

partir de então, os estudos da comunicação com ênfase no receptor desenvolveram-se em dois eixos, além do CCCS: nos efeitos da comunicação, na continuidade das pesquisas norte-americanas, e nas Teorias das Mediações, no desenvolvimento latino-americano.

De acordo com Martino (2014, p. 181), para os Estudos Culturais, não se tratava de verificar efeitos da comunicação no público. “A ideia ia mais além: é o público que dá sentido à obra. Cada leitura de um livro, feita por uma pessoa diferente, acaba de certa maneira criando um livro diferente”. Não havia mais a ideia de um sentido isolado e sim tantos sentidos quanto os coproduzidos pelos receptores. “O produtor cria a obra no momento de sua criação; o receptor re-cria no momento da leitura” (2014, p. 181).

2.1 A recepção e a Comunicação Pública

Quando se fala do processo de recepção dos fluxos informacionais na Comunicação Pública, é preciso analisar dois aspectos conexos desse conjunto de práticas: a forma de disponibilização das informações e o entendimento destas pelos receptores. Isso porque as narrativas e discursos produzidos pelos fluxos informacionais dos canais de Comunicação Pública devem subsidiar aos cidadãos a compreensão dos impactos das ações estatais em sua cotidianidade.

Para que a Comunicação atenda aos seus objetivos de transparência e prestação de contas, com vistas a participar o cidadão das ações de interesse público e a promover subsídios para o controle social da “coisa pública”, não basta disponibilizar a informação, ou seja, torná-la acessível. É certo que isto deve acontecer, pois é a condição primeira da possibilidade de conhecê-la. Porém a informação também deve ser inteligível. Conforme o dicionário Aurélio Online aponta, a etimologia da palavra acessível⁸ vem do latim *accessibilis* e significa “a que consegue ter acesso com facilidade; alcançável”. Comparando com o significado da palavra inteligível⁹, o mesmo dicionário nos mostra que se origina do latim *intelligibilis* e quer dizer “que se entende com facilidade; cujo o teor é fácil de compreender”.

Sendo assim, diante destas definições é possível perceber que não basta que a informação esteja exposta nos canais designados ao cidadão, os fluxos informacionais

8 <https://www.dicio.com.br/acessivel/> - Acesso em 02 set 2020.

9 <https://www.dicio.com.br/inteligivel/> - Acesso em 02 set 2020.

precisam também estar dispostos de maneira compreensível. Corroborando este pensamento, Zémor declara em seu artigo *As formas da comunicação pública*: “levando em conta o número considerável e sua tecnicidade, esses dados só são postos à disposição do público, de maneira útil e eficaz, quando estão sob a forma de informações práticas, para serem usadas nas empresas e nos lares”. (ZÉMOR, 2012, p. 254)

Quanto ao aspecto interpretativo dos fluxos informacionais da Comunicação Pública, é necessário produzir mensagens que, ao serem decodificadas, gerem um discurso significativo e coerente, pois são seus usos e efeitos que desembocam na estrutura das práticas sociais. Segundo Hall, “antes que a mensagem possa ter um ‘efeito’, satisfaça uma necessidade ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada” (HALL, 1980, p. 390). Para o autor, são seus usos e efeitos, quando ordenados em estruturas de compreensão, “[...] que moldam sua ‘concretização’ no ponto de vista da recepção e que permitem que os significados expressos no discurso sejam transportados para a prática ou para a consciência (para adquirir valor de uso social ou efetividade política)” (HALL, 1980, p. 390-391).

A compreensão dos impactos das ações estatais na cotidianidade por parte do receptor depende de uma combinação particular entre o seu próprio cabedal de conhecimento e a inteligibilidade do conteúdo produzido pelo fluxo informacional publicizado. Se as estruturas de sentido do discurso veiculado promoverem assimetria entre os dois polos da comunicação, a efetivação dos pressupostos de participação popular e fomento de controle social não será atendida, uma vez que a mensagem não terá o sentido pretendido para o cidadão, o que Hall chama de “Falta de equivalência”.

Ou seja, no fluxo informacional, o polo da codificação da Comunicação Pública deve considerar as condições de percepção por ela produzidas, uma vez que este processo é o promotor das condições necessárias para a compreensão que resultará na participação popular. A efetivação da comunicação precisa ancorar-se na escolha apropriada do fluxo informacional de forma a clarear os ditos e os não-ditos do conteúdo da mensagem. Para tanto, o discurso produzido pelas práticas comunicacionais deve compatibilizar os dados a serem transmitidos com o cabedal informacional daquela sociedade de maneira a facultar a inferência do seu sentido implícito. E, para isso, faz-se

necessário o trabalho interpretativo que possibilite a correspondência entre o receptor e o conteúdo, que não é dada e sim construída.

O processo receptivo e suas resultantes dentro do contexto comunicacional são componentes das dinâmicas constitutivas da vivência cotidiana, uma vez que se entrelaçam com outras práticas. Para se produzir uma comunicação eficaz, deve-se levar em consideração as habilidades e competências adquiridas que os indivíduos mostram no processo de recepção. Esta capacidade, como atributos socialmente adquiridos, é extremamente diferenciada a cada tentativa de se efetivar um processo comunicacional, uma vez que podem variar em muitos aspectos de um grupo para o outro ou de uma classe para outra ou ainda de um período histórico para o outro. Ela é uma condição obtida por meio do processo de aprendizagem ou de inculcação socialmente diferenciados e diversamente a indivíduos de formação diferente. Uma vez adquiridas, estas habilidades e competências se tornam parte da maneira social de ser dos indivíduos e se revelam automaticamente, sem que ninguém as perceba como complexas, e muitas vezes sofisticadas, aquisições sociais.

Além disso, a metodologia hermenêutica nos traz um elemento que pede por nossa atenção quanto ao aspecto da interpretação que é relevante aqui: ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. De acordo com o Thompson:

Eles as usam como veículos para a sua reflexão e auto-reflexão, como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem, Usarei o termo “apropriação” para me referir a esse extenso processo de conhecimento e autoconhecimento. Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida – um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. (THOMPSON, 1998, p. 45).

3 Competência Crítica em Informação: A Comunicação Pública como um novo produto a partir do foco no receptor

Reconhecer a pluralidade de possibilidades e vozes dentro de uma sociedade democrática é não apenas aceitar o debate como base da política como também qualificá-lo, por meio dos instrumentos disponíveis dentro do processo comunicacional. Isso requer análises do processo de recepção, tendo em vista sua importância para compreensão dos ditos e não ditos do discurso da Comunicação Pública. Pretende-se

aqui agregar ao estudo a noção de Competência Crítica em Informação e seus conceitos adjacentes.

A Competência Crítica em Informação nasce como uma proposta de análise construtiva do aspecto tradicional instrumentalista da Competência em Informação, desenvolvido na década de 70, por instituições voltadas à indexação de informações, assim como um estímulo à emancipação social e à reflexão. De acordo com o *Information Literacy Competence Standards for Students for Higher Education*, Competência em Informação é “um conjunto de habilidades que permite que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a habilidade de localizá-la, avaliá-la de forma eficaz”. (ACRL, 2000, s/p, tradução nossa). Ou seja, o cerne da Competência da informação gira em torno apenas no manuseio eficaz da informação. Para estas instituições, basta o receptor saber buscar, acessar, avaliar e utilizar a informação para ser competente em informação.

Segundo a *National Association for Media Literacy Education* (NAMLE), a Alfabetização Midiática pode ser definida como “a habilidade de codificar e decodificar símbolos além de sintetizar e analisar mensagens” (s/p, tradução nossa)¹⁰. Sua grande questão circula sobre o desenvolvimento da capacidade de codificar e decodificar símbolos (significados) bem como sintetizar e analisar mensagens dos canais de produção de códigos entendendo mídia como todos os significados eletrônicos e digitais e imagens artísticas ou impressas usadas na transmissão de mensagens. Este termo é comumente usado intercambiavelmente com outros termos relacionados a mídia e a suas tecnologias. De acordo com a mesma Associação:

Para se tornar um estudante de sucesso, cidadão responsável, trabalhador produtivo ou um consumidor consciente, os sujeitos precisam desenvolver sua experiência com a crescente e sofisticada Mídia de Informação e Entretenimento que se dirige a nós em um nível multissensorial afetando, assim, a maneira como pensamos, sentimos e nos comportamos”.¹¹

A UNESCO entende a *Information Literacy* como Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), trazendo uma abordagem composta ao unir a Competência Informacional, por ela denominada como Alfabetização Informacional, e o Letramento Midiático, por ela entendido como Alfabetização Midiática, e agregando searas

10 Disponível em <https://namle.net/publications/media-literacy-definitions/> - Acesso em 13-jun-2020.

11 Disponível em <https://namle.net/publications/media-literacy-definitions/> - Acesso em 13-jun-2020.

limitrofes como Direito à Informação e Direito de Expressão, ambos reconhecidos como direitos universais, que transitam pelas tecnologias de Informação e Comunicação:

A AMI descreve as habilidades e as atitudes necessárias para valorizar nas sociedades as funções das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, bem como para encontrar, avaliar e produzir informações e conteúdos midiáticos; em outras palavras, apresenta as competências fundamentais para que as pessoas participem de maneira eficaz de todos os aspectos do desenvolvimento (GRIZZLE, 2016, p. 7).

Essa construção conceitual abre caminho para entendemos todas as conexões feitas até aqui. Pois, se a transformação da sociedade dentro de um Estado Democrático passa pela concretização da participação social, cabe a todos, inclusive à Comunicação Pública, a busca por subsídios de seu cumprimento. Nesse sentido, novas maneiras de promover o pensamento crítico são fundamentais no processo de construção da transformação social, uma vez que a permanência da falta de compreensão das reverberações públicas da comunicação no cotidiano pode direcionar a cidadania ao risco de esvaziamento dos pressupostos democráticos. Se cidadãos alfabetizados em mídia e informação são pré-requisito para o vigor das sociedades do conhecimento inclusivas, a inserção dos pressupostos de autonomia postulados pela abordagem da competência crítica em informação pode contribuir para o melhoramento da comunicação pública por meio de seus elementos constitutivos, como o cuidado com a recepção de seus fluxos informacionais.

3 Considerações Finais

Pensar em novos caminhos para as políticas e práticas comunicacionais, portanto, é papel dos comunicadores, principalmente públicos, pois tem como preceitos basilares a tradução mais compreensível possível das ações estatais para uma efetivação dos pressupostos democráticos de participação popular e exercício da cidadania, contribuindo assim com o não esvaziamento da Esfera Pública. Não podemos conceber a democracia e a liberdade de expressão sem pensar na mídia – uma esfera pública tão vital para o funcionamento da democracia.

Diante da conjuntura vigente, em que o fazer comunicacional da Comunicação Pública parece promover um subaproveitamento dos fluxos informacionais e/ou uma absorção limitada ou insatisfatória, propor a implantação de novos elementos ao seu

processo e entender melhor aspectos da recepção pode ser uma alternativa para o fomento necessário à democracia.

Nesse sentido, o artigo propõe a inserção dos ingredientes da Competência Crítica em Informação e da Alfabetização Midiática Informacional na Comunicação Pública juntamente com a análise dos espectros interpretativos e variáveis da recepção na expectativa de contribuir com o exercício da cidadania, como proposta nova de práxis comunicacional com vistas à potencialização da melhor versão de nós mesmo com o fomento da autonomia crítica.

REFERÊNCIAS

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). Information Literacy Competency Standards for Higher Education. Chicago: ACRL, 2000.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 29, n. 3, 30 set. 2019.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/>> Acesso em 09 mai. 2020.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>. Acesso em 09 mai. 2020.

Controladoria Geral da União. Acesso à Informação Pública. Uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaAcessoInformacao/CartilhaAcessoInformacao.pdf>>. Acesso em 09 mai. 2020

DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público* (organizador). 3. Ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Jorge; Luciana Veras (Org). *Glossário de Comunicação Pública*. Brasília: Casa das Musas, 2006. Glossário produzido por alunos da disciplina Instrumentos de Comunicação Pública, do curso de pós-graduação em Assessoria de Comunicação Pública do Instituto de Ensino Superior de Brasília (Iesb).

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. INFORMATION LITERACY: princípios, filosofia e prática. *Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict)*, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr.2003.

FERRARI, Caroline Clariano; SIQUEIRA, Dirceu Pereira. O Direito à Informação como Direito Fundamental ao Estado Democrático. *Direitos Sociais e Políticas Públicas*, Bebedouro/SP, v. 4, n. 2, p. 124-153, Jan./abr. 2016.

GRIZZLE, Alton. Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias / Alton Grizzle, Penny Moore, Michael Dezuanni e outros. – Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016, 204 p.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. – 1ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014. Tradução de Denílson Luís Werle.

HALL, S. *Encoding/Decoding. Culture, Media, Language Working Papers in Cultural Studies, 1972-1979*. London: Hutchinson, 1980. Tradução de Ana Carolina Escosteguy e Francisco Rudiger.

HASWANI, Mariangela Furlan. *Comunicação Pública: bases e abrangências*. 1. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2013. 200 p.

HOHLFELDT, Antonio; MARINHO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências (organizadores)*. 14. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 309 p.

MARTINO, Luís Mauro S. *Teoria da Comunicação: ideias, conceitos e métodos*. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 292 p.

NATIONAL ASSOCIATION FOR MEDIA LITERACY EDUCATION. *Media Literacy Defined*. 2008. Disponível em: <https://namle.net/publications/media-literacy-definitions/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*; tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ZÉMOR, Pierre. *As formas da Comunicação Pública*. In: DUARTE, Jorge. *Comunicação Pública Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Cap. 15. p. 214-243